

“O Temperamento bom ou mal depende da Infância”: preceitos médicos para a criação de crianças em um tratado de medicina português do século XVIII

Fernando Cezar Ripe da Cruz

Resumo

O objetivo desta comunicação é analisar os discursos médicos relativos aos cuidados com as crianças presentes na obra *AVISO AO POVO OU SUMMARIO DOS Preceitos mais importantes, concernentes á criação das Crianças [...]* de autoria de Manoel Joaquim de Henriques Paiva (1752-1829), publicada em Portugal no ano de 1787. Nos finais do século XVIII a circulação de impressos médicos tinha duas claras intenções, promover a utilização de determinados hábitos com vistas à conservação da saúde infantil, bem como propagar o “moderno” projeto de medicina urbana que se instaurava através de um discurso científico ilustrado. Como sistematização de análise da obra constituímos seis unidades de sentido na intenção de identificar e perceber como as prescrições discursivas do médico português orientavam os “Pais e Mães” a: ordenar os espaços, regularizar as limpezas, adotar regime alimentar, promover o exercício físico, equilibrar os fluxos e moderar os sentimentos.

Palavras-chave: Infância. Educação das crianças. Discursos médicos. Portugal. Século XVIII.

Introdução

Problematizações constante do campo da História (e) da Educação, nos seus variados interesses de tempos, sociedades e espaços, são os discursos relativos às crianças. Nesse sentido, a história da infância tem se tornado um tema de interesse acadêmico amplamente profícuo, na qual sua disposição tem se convertido em um crescente número de pesquisas tanto no Brasil, como em Portugal.¹

Contemporaneamente, o sentido e o significado que atribuímos à infância são apropriações de todo saber relativo que se constituiu sobre o sujeito infantil ao longo dos tempos nas sociedades ocidentais. Podemos dizer que esse processo de constituição é efeito de históricas relações de poder-saber que incidiram sobre esta categoria.² Problematizar a

¹ Nas duas últimas décadas houve intensa publicação de estudos relativos à história da infância. Destacamos alguns autores brasileiros que recorrentemente são referências de análise: Mary del Pryore (1999; 2007), Luciano Mendes de Faria Filho (2007), Moysés Kuhlmann Jr.(2015), Marcos Cezar de Freitas (2011) e Sandra Corazza (2004). Para o caso de Portugal destacamos: Ferreira (2000), Cardona (1997), tendo, ainda, Fernandes e Felgueiras (2002) realizados um breve mapeamento dos trabalhos historiográficos acerca da infância e das crianças.

² O significado da categoria infância, na atualidade, é genérico, pois além de permitir inúmeras definições, também decorre do sentido social e cultural que lhe é atribuído. Sugere-se. KULLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 16. Sobre a infância como

infância como uma invenção histórica significa romper com a concepção de que a criança faz parte de um desenvolvimento natural do ser humano.³ Neste texto, a infância é tomada como uma categoria de análise, sobre a qual interroga-se a respeito dos modos de constituição, analisando como as normas, os mecanismos e os arranjos institucionais criados pela Medicina, formularam eficientes estratégias para a preservação da saúde do sujeito infantil.

No século XVII, período de afirmação da ciência moderna, as bases do conhecimento científico tinham como principal princípio o pensamento peripatético.⁴ Paradigma que foi mudando gradativamente ao longo do século seguinte, possibilitado pelo advento da filosofia mecanicista, do experimentalismo e da ilustração, oportunizando, assim, novos arranjos e métodos que iriam mudar profundamente os modos de fazer, ver e dizer ciência (DOLINSKI, 2014). Em Portugal, neste período, a recepção e propagação destes saberes estavam, em muito, associados aos gerenciamentos econômicos, sociais e culturais que criaram condições para que o interesse pela qualidade de vida gerasse maior atenção à saúde da população.

Nesta preocupação com as condições de vida, a infância despontava como um dos objetos centrais do pensamento da ciência moderna. Se, até então, a criança, nos domínios portugueses, estava condicionada às interpretações do pensamento cristão-católico, que divulgava edificantemente um modelo moral de infância, nos finais do século XVIII, a partir da expansão dos escritos de filósofos, cientistas e médicos, divulgava-se continuamente uma nova racionalidade que ia além dos preceitos cristãos, acentuando discursos políticos, instrutivos, salubres e pedagógicos para garantir a preservação da infância. O historiador português António Ferreira, destacou que a “confluência dessas condições” auxiliou no desenvolvimento de uma nova racionalidade, que “partindo do ancestral saber sobre o crescimento das pessoas, concedesse maior atenção às condições que o condicionavam, bem como às características que o podiam explicitar” (FERREIRA, 2010, p, 216).

Ao longo do século XVIII várias obras de língua portuguesa sublinharam a importância dos cuidados com a idade da puerícia. Aqui destacamos para análise o tratado médico *AVISO AO POVO OU SUMMARIO DOS Preceitos mais importantes, concernentes á criação das Crianças, as diferentes Profissões e Offícios, aos Alimentos e Bebidas, ao Ar, ao Exercício, ao Somno, aos Vestidos, á Intemperança, á Limpeza, ao Contagio, ás Paixões, ás*

categoria, veja-se: QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 36, n.º. 02, maio/ago., 2010.

³ Ao discutir as “idades da vida”, Ariès (1981) mostrou que a consolidação de um significado moderno para o termo “infância” ocorreu apenas em meados do século XVII, entre a burguesia francesa. Por volta do século XVIII, o termo infância passou a ter sentido generalizado, abrangendo todas as classes sociais. Etimologicamente o termo infância – do latim “infans” – designa “aquele que ainda não fala”.

⁴ Relativo aos modos de fazer a filosofia aristotélica.

Evacuações regulares, &., que se devem observar para prevenir as enfermidades, conservar a saúde, e prolongar a vida, de autoria do médico português Manoel Joaquim de Henriques Paiva (1752-1829), publicado em Lisboa no ano de 1787.

Nosso objetivo, neste texto, é compreender como o discurso sobre o desenvolvimento e os cuidados com as crianças foram enunciados nos finais do XVIII no território luso. Para tanto, realizamos metodologicamente um empreendimento *analítico-descritivo*, pois buscamos identificar as normas de condução dos sujeitos infantis, através das práticas discursivas presentes no manual médico analisado, que contribuía na promoção de modos específicos de criar as crianças – alimentação, repouso, hábitos de higiene, prática de exercícios físicos e da iniciação à educação formal e ao trabalho.

Para melhor sistematização de análise deste texto dividimo-lo da seguinte maneira: primeiro, apresentamos alguns aspectos que contribuiriam para que a infância se tornasse objeto de atenção da literatura médica portuguesa nos finais do XVIII e destacamos a influência do médico português Manoel Joaquim de Henriques Paiva (1752-1829) na produção de publicações que propagavam os discursos normativos relativos às expectativas de vida dos centros urbanos europeus; segundo, nos dedicamos a apresentar e analisar o discurso da obra *AVISO AO POVO OU SUMMARIO DOS Preceitos mais importantes, concernentes á criação das Crianças [...]*, constituindo seis unidades de análise, que nos permitem compreender como as prescrições práticas deviam ser integradas pelos “Pais e Mães” no cotidiano dos infantis.

Do sagrado ao científico: a criança no discurso médico de Manoel de Paiva

Até meados do século XVIII o modelo exemplar de leitura era aquelas obras que instruíam, ensinavam exemplos edificantes, formavam bons cristãos, tanto em moralidade quanto em virtudes. O padrão português de educação infantil pretendido por uma sociedade que se firmava nos grandes centros urbanos estava, em muito, baseado nas orientações dos livros de devoção cristã, nos guias de civilidades em geral, nos tratados para formação de príncipes e nos compêndios pedagógicos. Há de se destacar que o século da ilustração portuguesa elegeu a “cidadania como referência e álibi para sustentação de uma sociedade”, que creditava cada vez mais na instrução do seu ideário social, evidenciando uma clara e abrupta ruptura dos paradigmas na racionalidade lusa do setecentos (BOTO, 1996, p. 16).

também pelo discurso da ciência. Nessa abordagem, passou a ser visto como uma máquina que pode e deve ser controlada com regimes específicos, tarefa a ser realizada, pelos poderes laicos e recém-instituídos, aqueles derivados dos estados-nações (BARBOSA, 2006, p. 55).

Acreditava-se que o condicionamento do homem aos hábitos interpostos pelos diferentes domínios do conhecimento, assimilando mudanças de comportamentos e hábitos sociais – discursivamente propagados por manuais científicos e pedagógicos –, fosse condição para se criar “reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado” (BOTO, 1996, p. 21). Manuais, geralmente tratados como *Avisos* desempenharam significativa funcionalidade na constituição e na intensificação da conformação da sociedade, ao terem enunciados uma série de regulações, interdições e instruções daquilo que se pretendia desenvolver.

No caso dos tratados médicos em circulação em Portugal e na América Portuguesa, esperava-se que, diante dos limites impostos à instrução da população, os princípios de medicina fossem divulgados por intermediários. Esse aspecto é evidente principalmente nas obras publicadas a partir da segunda metade do século XVIII, quando o tema as ‘saúde dos povos’ passa a ser abordado de forma mais específica (ABREU, 2011, p. 130).

Nesse sentido, o corpo infantil, regulado pelo poder e saber científico, tornou-se objeto de interesse discursivo no processo de transformação e aperfeiçoamento da vida, certamente pelo fato de os índices de mortalidade infantil serem bastante altos no período. Tanto a saúde, como a doença, configuraram-se como um problema de gerenciamento político e econômico, onde a prática higiênica e física das crianças associada com os rearranjos científicos das *teorias dos humores e dos fluxos*,⁵ instituíram discursivamente para as famílias a preocupação com os específicos modos de comportamentos, hábitos regulares, limitação dos contágios e moderação das paixões.

Estes preceitos para conservar a saúde das crianças estão presentes em *AVISO AO POVO OU SUMMARIO DOS Preceitos mais importantes, concernentes á criação das Crianças [...]*, do médico português Manoel Joaquim Henriques de Paiva. A obra, aqui analisada em uma versão digital,⁶ foi impressa na Officina Morazziana em Lisboa, que fora regularmente licenciada, como padrão à época, pela Real Meza da Comissão Geral sobre o Exame e pela Censura dos Livros, conforme se percebe no frontispício.

⁵ A Teoria humoral associada com a dos temperamentos com fluidos corporais constituíram a principal base de explicação racional da saúde e da doença entre os séculos IV-XVIII.

⁶ Disponível em: <https://archive.org/stream/avisoaopovoousum00paiv#page/n17/mode/thumb> Acesso: 15/07/2015.

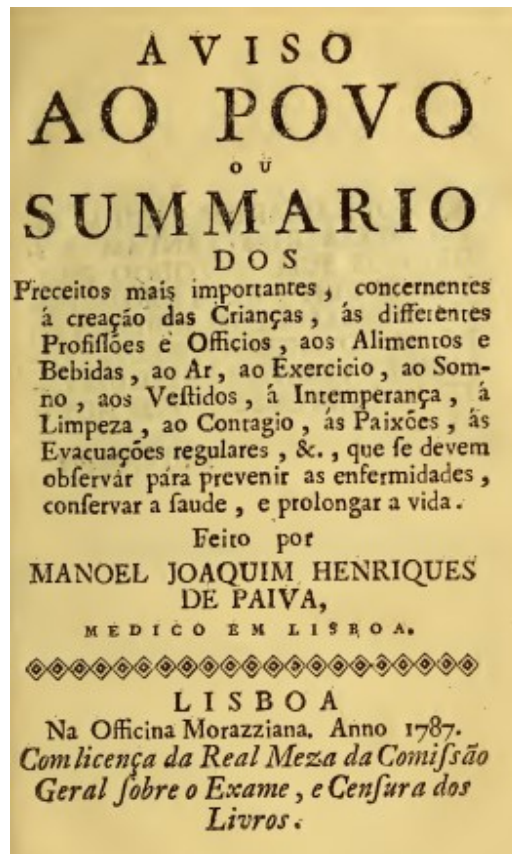


Figura 1 – Frontispício da obra *AVISO AO POVO OU SUMMARIO dos preceitos mais importantes, concernentes á criação das crianças [...]*

É possível supor que sua utilização e circulação tenha alcançado alguns segmentos sociais, atingindo leitores de condições diferentes, que se apropriaram dos conhecimentos difundidos pelo médico. Consideramos aqui o tratado, no contexto em que a obra foi produzida e lida, como possibilidade para a “construção de sentido, através do qual os leitores se apropriam diversamente do objeto da sua leitura” (CHARTIER, 1998, p. 14). Ao partilharem e se apropriarem dos preceitos enunciados na obra de Paiva, o leitor/sujeito (os “Pais e Mães”) subjetivava seu discurso que propunha um modelo específico de disciplina para o corpo infantil (dos filhos).

O tratado do médico Manoel de Paiva incitava a sofisticação de técnicas disciplinares orgânicas e físicas, bem como de práticas de preservação da saúde sobre o corpo da criança, de modo a propiciar seu controle e ampliar sua qualidade de vida.⁷ Nesse sentido, modelo prescritivo assumido pelo autor está relacionado tanto com o contexto discursivo circulante da época, como por alguns aspectos da sua biografia⁸ que merecem ser aqui destacados.

⁷ Trata-se das práticas de higiene, não conceituadas à época, mas que eram compreendidas como conjunto de regras e técnicas que pretendiam preservar a saúde e prevenir possíveis doenças, contágios, pestes na população, incitadas por um processo prático de limpeza, desinfecção e conservação dos espaços, objetos e instrumentos.

⁸ Para análise da biografia de Manoel Joaquim Henriques de Paiva sugerimos consultar: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm#dados> Acesso: 02/12/2015.

Manoel Joaquim Henriques de Paiva nasceu na cidade de Castelo Branco, região da Beira Baixa, em Portugal, em 23 de dezembro de 1752. Descendente de uma família de boticários e médicos, perseguida constantemente pela Inquisição portuguesa por serem cristãos-novos, Manoel Joaquim, junto com seus pai e irmãos, ainda jovem, aos 17 anos, mudou-se para a cidade de Salvador no ano de 1769. Posteriormente retornou para a Europa, por influência da família e de um parente próximo, o médico e escritor Antonio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), para realizar seus estudos em Medicina e Filosofia na Universidade de Coimbra.

Conforme o *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1862), de Innocencio Francisco da Silva (1810-1876), Manoel Joaquim Henriques de Paiva foi avultado fidalgo da Câmara Real portuguesa e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Por ter cultivado “com assiduidade e proveito os estudos próprios da sua profissão”, mereceu “ser tido de justiça por um dos mais inteligentes e laboriosos entre os médicos portugueses seus contemporâneos” (SILVA, 1862, p. 12-13). Exerceu distintos cargos públicos e foi autor de vasta produção intelectual e científica, destacando-se por seus discursos, avisos aos povos, tratados farmacopéicos, manuais de química e medicina, fundamentos de botânica e agronomia, entre outras publicações que lhe renderam relativo sucesso na editoração científica. Sua preocupação com a saúde das crianças aparece em três publicações.⁹

Todavia, em Portugal, o médico Manoel de Paiva foi perseguido pela Inquisição sob a acusação de ser cristão-novo. Mais tarde perdeu todos os cargos públicos, sendo preso e condenado ao exílio por sua suposta simpatia a Napoleão.

Mostrando-se de algum modo afeiçoado ao governo francez no período da invasão d'este reino pelo exercito do conluindo de Junot, foi depois perseguido como jacobino, preso, e por sentença do Juizo da Inconfidência de 24 de Março de 1809 exautorado de todos os cargos que exercia, e das honras de que gosava, e condemnado a degredo para o ultramar (SILVA, 1862, p. 13).

Após ter sido liberto, Manoel de Paiva retornou à cidade da Bahia, onde por decreto do rei D. João VI, em 1818, teve suas honras e prerrogativas reaquistadas. Foi propositor da vacinação geral, por inoculação, das crianças, no Brasil em início do século XIX, por ocasião da epidemia de sarampo.¹⁰ Regularmente naturalizado brasileiro, o médico Manoel Joaquim

⁹ Tratam-se das obras: *Aviso ao povo sobre a asphyxias ou mortes apparentes e sobre os socorros que convem aos afogados, às crianças recém-nascidas com apparencia de mortas [...]*. Lisboa: [s.n.], 1786; *Aviso ao povo ou summario dos preceitos mais importantes concernentes à criação das crianças, [...]*. Lisboa: Offic. Morazziana, 1787 e *Sumário dos preceitos mais importantes concernentes à educação das crianças, às diferentes profissões e officios*. Lisboa: [s.n.], 1787.

¹⁰ Sobre o processo de vacinação de crianças no Brasil sugere-se: PITA, João Rui. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: um luso-brasileiro divulgador de ciência. O caso particular da vacinação contra a varíola. In: **Mneme**.

Henriques de Paiva faleceu no dia 10 de março de 1829, na cidade de Salvador, província da Bahia.¹¹ Postumamente teve amplo reconhecimento da comunidade científica lusitana, tanto que seu retrato, como podemos verificar na imagem abaixo, figura nas *Memórias de Historia Natural* (18??) e publicado na *Gazeta Medica de Lisboa* (1858) e na *Revista Popular* (18??) (SILVA, 1862, p. 13).



Figura 2 – Gravura do médico Manoel Joaquim Henriques de Paiva.¹²

Dos preceitos médicos concernentes à criação das crianças

Por se tratar de um discurso representativo do campo científico da medicina observamos que na obra há uma padronização discursiva tributária do modelo iátrico das publicações ao estilo “saúde dos povos” e “avisos ao povo”. O médico Manoel de Paiva descreve não compreender como algumas pessoas desprezam “totalmente os preceitos que lhe

Revista de Humanidades. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 10. N. 26, jul./dez. 2009.

¹¹ De acordo com Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz esta informação é creditada a GIFFONI, O. Carneiro. **Presença de Manoel Joaquim Henriques de Paiva na medicina lusobrasileira do século XVIII**. Separata do II Congresso Brasileiro de História da Medicina (Recife 1953). São Paulo: [s.n.], 1954.

¹² Gravura em água-forte e buril [1790], do artista Joaquim Carneiro da Silva (1727-1818). Disponível em: <http://purl.pt/4490> Acesso: 29/08/2015.

fornece a *Hygiene* ou *Arte de prolongar a vida e de conservar a saude*, dos quaes trataram amplamente *Mackenzie, Geoffroy, Pressavain*”, destacando em particular “*Buchan* na sua *Medicina domestica*”. No prefácio, o médico destacava: “eu agora affereço em vulgar com algumas mudanças, aos meus compatriotas, para que lendo-a se aproveitem dos preceitos ahi contidos, e tirem as utilidades, que eu lhe dezejo” (Prefação [grifos do autor]). Vejamos alguns destes preceitos.

Do ordenamento do espaço

Várias foram as prescrições sobre a organização do espaço privado (domiciliar), que aqui estamos tomando como primeira unidade de análise. A busca pelas correntes de ar tendia a possibilitar a renovação dos gases, do mesmo modo que se deveria ampliar a iluminação e promover o aquecimento do ambiente, na intenção de proteger e evitar ameaças de contágios, ou mesmo, epidemias. Observemos a seguinte passagem:

O lugar da cama deve ser o mais arejado da casa. Os gabinetes, as alcovas, e as camaras pequenas não servem para este fim: cumpre que o quarto de dormir tenha ao menos duas aberturas oppostas, para que parecendo se possa admitir nelle huma corrente de ar. Não se tape a cama da criança, nem o quarto com cortinas, armações &c, e havendo nelle estes adornos deixem-se abertos em quanto estiver na cama (PAIVA, 1787, p. 24-25).

Constata-se a ordem das coisas, o local destinado para a criança dormir deveria cumprir uma única finalidade, qual seja, a do repouso, e não mais como outrora onde os espaços da casa se confundiam entre lazer, refeição e descanso. O lugar da cama não era considerado espaço para adornos, nem para excessivas decorações com tecidos, devendo ser o mais arejado possível.

A regularidade na limpeza

Nesta unidade, tecemos algumas considerações sobre a problemática do banho e da utilização de um vestuário simples, mas permanentemente limpo. Ainda que considerarmos, como nos chamou atenção o historiador Georges Vigarello, que a prática doméstica da limpeza não era apenas uma qualificação à saúde ou uma coleção de conhecimentos, mas era, sobretudo, uma mudança de estatuto que “confere distinção. Não pertence a todos. É sinal de elegância não partilhada” (VIGARELLO, 1985, p. 67). Ainda que os modos de vestir sejam objeto de atenção para a distinção social, para o médico Paiva as crianças não deveriam ser

vestidas desconfortavelmente, pois “cumpre que as crianças andem sempre limpas, sem a menos affectação, ou ostentação, nem gala alguma nos seus vestidos: os adornos servem só de opprimi-las, e embaraçar-lhes os movimentos, e exercícios” (PAIVA, 1787, p. 18).

Não foram raros os relatos de viajantes que, em passagem pelo Brasil colonial, acenaram o abuso de adornos e roupas pomposas que os pais colocavam em seus filhos, fazendo-lhes adultos em miniatura. Dessa prerrogativa Manoel de Paiva destacava que “não se use de espartilhos de barba de balêa, de coiro, cordas &c, e fuja-se delles como invenção barbara, mais funesta á humanidade do que a peste, a guerra, &c. Os seus vestidos devem ser folgados e soltos, abrochados com cintas ou atacadores, e sem alfineites” (PAIVA, 1787, p. 18-19).

De certo que a regularidade do corpo limpo passava pelos constantes banhos e trocas de roupas, pois cumpria-se que “costumem-se pouco e pouco as crianças a soffrer o frio, calor”. Neste caso, mesmo “sendo o banho frio huma especie de exercicio, tanto mais convem costumar as crianças a elle, quanto as que vivem em Povoações grandes ficam encerradas em quartos sempre mui pouco arejado”. As roupas para as crianças tinham dois propósitos básicos: proteger do frio e inibir partes do corpo; então “mude-se-lhes o trage á medida que forem crescendo. Os melhores vestidos para rapazes são vestes á Turca, &c. e para as raparigas, roupões, polonezas, e todos mui folgados e limpos”. Evitar os excessos de proteção era um modo de garantir a adaptação da criança às diferentes “intemperanças das estações”, para este “fim não se emrouparáõ mais numa estação que na outra. Des a idade de hum anno devem andar com a cabeça descuberta, e descalças de pé e perna em todas as estações do anno”, contudo, “quando sahirem fora calçarão chinellas para lhes defenderem os pes das feridas, que os corpos estranhos, lhe poderiam fazer” (PAIVA, 1787, p. 19 e 23).

Do regime alimentar

Outro sentido que Manoel de Paiva confere à “boa criação” das crianças, e que tomamos como terceira unidade, é a permanente vigilância sobre os alimentos que estas poderiam consumir. No regime alimentar dirigido por Paiva, desde o nascimento da criança até o crescimento “robusto”, dever-se-ia evitar a ingestão de uma série de comidas. Primeiramente era regrado o dever das “mulheres [que] criarão seus filhos com o proprio leite. Em nenhum caso, afora o da privação deste nutrimento natural, se podem eximir desta sagrada obrigação; e ainda neste caso não deve confiar seus filhos a amas mercenárias” (PAIVA, 1787, p. 15).

Da mesma forma, o autor reclama que “não se devem desmamar as crianças antes da idade de hum anno, e ainda mais tarde com tanto que a Mãe ou Ama tenha bastante leite”. Sugerindo, assim, que as primeiras alimentações sólidas sejam “sopas de pão alvo ou biscoito feitas em leite frio e ordenhado de fresco” e, posteriormente a ingestão de “sopas feitas em caldo de vitela, ou de galinha, e por fim no de vaca”. Somente quando a dentição estiver mais avançada se dará carne e, “neste caso hade ser em pouca quantidade, e nunca de noite” (PAIVA, 1787, p. 20).

O vigilante regime alimentar que deve ser tutelado pelos pais, consiste na desautorização de uma coleção de comidas. Por exemplo, “não se lhes dará vinho, cerveja, nem nenhum licor fermentado, ou espirituoso, os quaes todos são peçonha para esta idade. O mesmo digo dos alimentos salgados, curados ao sumo, picantes &c.”. O comedimento com as bebidas era objeto de grande preocupação do autor, visto que “a sua bebida hade ser pouca agua, porque a relaxação he huma das causas mais communs das enfermidades das crianças” (PAIVA, 1787, p. 21). Porém, a maior preocupação do médico foi a ingestão de doçuras, como podemos perceber nos dois seguintes excertos:

Não se deve dar jamais ás crianças alfenim, nem caramélo, nem coiza alguma comprehendida de baixo do nome de *doces*. Se lhes prohibirá igualmente toda a casta de fruta, afóra sendo bem madura, porque neste estado he tão saudavel, como pernicioso quando verde (PAIVA, 1787, p. 17 [Grifo do autor]).

He igualmente pernicioso solicitar as crianças a comer muito botando assucar nos alimentos, &c; e o impedir que comam o sufficiente por medo de que engordem demasiado. Esta ultima mania he ainda mais nociva que a primeira, porque a Natureza tem muitos meios de se desonerar do nutrimento supérfluo; e ao contrario jamais podem ter saude, e menos recobrar forças e robustês deixando-as padecer de fome (PAIVA, 1787, p. 20-21).

O exercício do corpo

A quarta unidade de análise sobre a obra de Paiva centra-se em um dos dois temas centrais para o autor, “o exercicio he o primeiro mantimento da saude, e o bom ar o segundo” (PAIVA, 1787, p. 21-22).

Percebido como instintivo da natureza humana, o gosto pelo exercício físico pode ser observado pelas mães que “dentro de seus ventres, faz a criança quanto exercicio pode, facilmente se persuadirão que (...) o dezejo do exercicio nace com nosco” (PAIVA, 1787, p. 15). Nesse sentido, as mães não devem reprimir o desejo da criança de fazer exercícios, portanto “não apertarão seus filhos com cintas, e envoltas; e tirarão de seus mebrós, flexíveis,

e capazes de qualquer impressão, as ligaduras, fitas, e todas as prizões com que gemem a natureza e a razão” (PAIVA, 1787, p. 15).

Percebe-se claramente que o autor assume que o desenvolvimento da criança segue um modelo inerente à natureza. De certo, se o comportamento natural do homem é andar, então

“Não he preciso ensinar as crianças a andar; deixem-se rolar e mover de huma para outra parte sobre tapetes, cobertores &c; porque este exercicio as vigora, e com elle se habitúam pouco a pouco a usar dos braços, e pernas, de sorte que aos seis mezes pouco mais ou menos, poderã andar sós” (PAIVA, 1787, p. 18).

Ainda que naturais às crianças, as atividades físicas devem ser estimuladas, de modo que “os rapazes e as raparigas devem jogar, correr, saltar, e bailar quando lhes for possível ao ar livre todos os dias, e a todas as horas do dia”. Esta condição de autonomia, também tributária do naturalismo cientificista do século ilustrado, tinha um balizamento, e se daria até “que os seus órgãos adquiram bastantes forças para receberem os elementos da instrução; o que pode acontecer mais ou menos de pressa, segundo o sujeito for dotado de maior ou menor capacidade” (PAIVA, 1787, p. 22).

O equilíbrio dos fluxos

Nesta unidade percebemos o segundo aspecto fundamental para preservar a saúde das crianças. Relaciona-se com o equilíbrio dos fluxos de gases e líquidos, tanto no corpo e no espaço de convívio, como na alma. Assim, a alimentação, a respiração, a excreção e o sono deveriam estar estáveis para “conservar a sua saude” e “viver sem incomodo”. Em linhas gerais, o pensamento médico da época, associava o comportamento do sujeito por ocasião destes fluxos, constatáveis através dos excrementos, da urina, menstruação, expectoração e, mesmo, o leite materno.

Um exemplo apontado por Paiva é de que as mães deveriam evitar quaisquer “drogas de que usam as Parteiras para purgar o ferrado”.¹³ Recomendando, que no caso “se o ferrado se demorar mais de tres dias nas tripas”, deve-se administrar o leite materno, ou água com mel. Além da vigilância sobre qualquer possível distúrbio, a regulação da amamentação também foi prescrita como modo de equilibrar os temperamentos das crianças e permitir o seu desenvolvimento natural. Assim, para os primeiros dias dever-se-ia amamentar de duas em

¹³ De acordo com o Vocabulário de Raphael Bluteau (1728, p. 84-85) *ferrado da criança* é um “humor negro, & denso, que a criança deita, depois de lhe abrir a parteira o sesso. Chamase este primeyro excremento, *Ferrado*, da cor térrea, & materia ferrugenta, com que sahe”.

duas horas, posteriormente de três em três horas, ou mesmo a partir da quarta hora, sendo que no segundo mês “ja esteja a criança costumada a não mamar de noite” (PAIVA, 1787, p. 16).

A estabilidade entre dormir e estar acordado também denota condição de controle da criança com a natureza. Para Paiva as crianças precisavam “dormir muito. Nos seus primeiros mezes dormem mais do que vélam; mas sendo-lhes depois menos necessario o somno”. Esta prescrição, também, foi regularmente balizada, observando-se que “a certo tempo velarem mais do que dormir, té que em fim chegando aos oito annos de idade dormem tanto como os adultos”. Deve-se, no entanto, regular as condições de sono, de modo que não se deve “interromper o sonno ás crianças recém-nascidas; porém á medida que ellas forem dormindo menos, se fortalecerem, e se fizerem menos sensíveis, se costumaráo a deitar-se em cama mais dura, afim de que possam dormir em qualquer parte” (PAIVA, 1787, p. 24).

Todavia não apenas a má alimentação, mas também os poucos fluxos de ar e a irregularidade do sono interfeririam no equilíbrio natural da saúde, pois o sujeito adulto/criança estariam propícios aos possíveis destemperamentos da alma, como se confere na próxima unidade de análise.

A moderação dos sentimentos

“Aos males físicos sobrem os da alma, e entregue sempre a huma triste melancolia, os quadros rizonhos da Natureza, e os dias serenos, que dantes divertiam seus olhos, não se lhes presentam senão de baixo de cores tristes e sombrias, e só recobrar a saude, pela qual elle sacrificaria todas as riquezas, e os mais bens da vida, o ambicioso renunciaria as grandezas, o avaro abriria seus tezouros, e o mesmo Soberano desceria do Trono para ir gozar na cabana do mais infimo vassalo, deste bem precioso, cujo valor só se conhece quando não pode recuperar a perda” (Prefação).

Este excerto da obra de Paiva é significativo para demonstrar o possível desequilíbrio do controle dos sentimentos. Nele, Paiva, descreve como pode ser efêmero, melancólico e lúgubre a perda de uma criança decorrente da pouca atenção e assistência à saúde. Nesse sentido, descrevemos, como última unidade de análise, a moderação dos sentimentos como sendo de grande importância, o equilíbrio entre o corpo e o espírito. Como denota o médico:

“Nem por isso se hande desprezar as disposições tanto que se offerecerem, se os Pais e as Mães guiados pela razão souberem aproveitar-se das circunstancias, e não permittirem ás crianças, nutrir seu espírito á custa do corpo. A saude he o bem mais precioso, e sem a qual não ha felicidade. Os talentos, os recreios, os conhecimentos, a sciencia &c, não são aquisições uteis e satisfactorias, se não em quanto quem as possui goza das faculdades necessarias para as fazer valer; mas quando o corpo he fraco e doente, o espírito he tambem débil e languido” (PAIVA, 1787, p. 22-23).

Há reciprocidade no argumento do médico, pois, como se percebe, não apenas o espírito faculta quando a saúde se desvalesse, mas se o espírito estiver debilitado a

consequência será um corpo doente. Assim, será no final da velhice, onde “chega em fim, mas antecipadamente, a idade em que extintas as paixões deixa a nossa razão em liberdade”, ainda que lhe sobrem os sentimentos “curvado então com o pezo das enfermidades geme e lamenta seus erros, e não lhe resta mais angustias, dores, e tristeza, fieis companheiros dos ultimos momentos da vida” (PAIVA, 1787, Prefação).

Conforme destacamos anteriormente, o médico Manoel de Paiva creditava em seu discurso a transmissão de características inatas dos pais para os filhos. Nesse sentido, vale acentuar que o equilíbrio sobre a higidez da saúde e dos bons temperamentos dos filhos eram condições herdadas dos pais, “as diversas constituições e temperamentos, que os homens possuem, concorrem (...) para que a sua vida seja curta”. Tributário de um discurso associado ao naturalismo das luzes, Manoel de Paiva condiciona o desenvolvimento do sujeito à sua própria herança, “Huns, filhos de Pais fracos e doentes herdam delles a fraqueza, e as moléstias, com que passam a vida languida, e a terminam de pressa”, e ainda há “outros, [que] não podendo supportar o menor excesso sem detrimento da saude, não podem prolongar muito a vida, segura por hum fio tão delicado, e tão facil de se quebrar” (PAIVA, 1787, Prefação).

Considerações Finais

Para o médico português o “temperamento bom ou máo depende da Infancia”. É nesta fase da vida que os “Pais e as Mães” devem se aplicar “com esmero, e affastem delles tudo o que poder enfraquece-los” (PAIVA, 1787, p. 13). Nesse sentido que consideramos que gerar, criar e educar uma criança, no contexto luso setecentista, implicava uma série de compromissos e responsabilidades por parte dos pais. A literatura médica, que por hora apresentamos, é distinta do modelo pedagógico largamente utilizado nos séculos XVII e por grande parte do XVIII, onde se buscava, frequentemente nos grupos mais abastados, o auxílio de mestres, tutores, preceptores e aios na formação dos filhos. O médico Paiva afirmava que este compromisso deveria ser tarefa eminentemente familiar, sendo, sobretudo, a educação das crianças um dever “unicamente os Pais e Mães” que são “capazes de ter este cuidado, e os que devem instruir seus filhos” (PAIVA, 1787, p. 23).

Considerando o pensamento vigente em relação ao papel da mulher no contexto familiar do século XVIII, o autor Paiva surpreende ao ressignificar a função do pai, pois este deveria partilhar certas obrigações que, anteriormente, eram tarefas eminentemente femininas.

“Os homens (...) Também lhes darão a mão em parte dos cuidados, que dellas exigem seus filhos, e repartirão com ellas as penas e desgostos, visto deverem ser recíprocos os prazeres, que traz com sigo huma família robusta, forte, vigorosa, educada na prática exacta da virtude, e as obrigações devidas aos Pais, á Sociedade, e á Patria” (PAIVA, 1787, p. 14).

O conjunto de unidades de análise, aqui desenvolvido, permitiu evidenciar a clara preocupação do autor em traduzir para a sociedade portuguesa o “moderno” projeto de medicina urbana que vinha sendo instaurado, sobretudo na França, desde o último quartel do século XVIII. De certo é que este projeto pretendia analisar cientificamente, nos lugares de maior concentração urbana, os processos de captação e descarte da água, para, então poder controlar todo o seu processo de circulação. Notadamente esta dinâmica científica apresentava grande similaridade com o modelo de equilíbrio que se propagava pela comunidade ilustrada no período. Nesse seguimento, que o tratado *AVISO AO POVO* pode ser percebido com uma clara materialização de um discurso. Tal discurso pautava-se na pretensão do reconhecimento pela sociedade das possíveis contribuições que os hábitos descritos por Paiva pudessem auxiliar no “progresso civilizatório” do Estado português. Nesse sentido,

(...) por intermédio dos conhecimentos da medicina, o Estado sustentou esse papel de ciência e saber. As descobertas científicas sobre a saúde e a doença forneciam instrumentos cada vez mais específicos para o controle social, trabalhando tanto na disciplina dos corpos singulares, pela influência clínica médica, na psiquiatria, nas ações de assistência social e na pedagogia, como também nas regulações das populações nos asilos, nos hospitais, nos manicômios, nas famílias e nas escolas (BARBOSA, 2006, p. 55).

A partir da análise que empreendemos, extraindo passagens selecionadas da obra, foi possível demonstrar que os conhecimentos médicos utilizados por Manoel de Paiva corroboraram para aconselhar nos pais determinados hábitos com vistas à conservação da saúde infantil. Tais hábitos estavam ligados aos conhecimentos científicos ilustrados que propunham: primeiro, o ordenamento do espaço, através da promoção de ambientes bem arejados; segundo, a regularidade da limpeza, utilizando-se de roupas limpas e banhos rotineiros; terceiro, a adequação de um bom regime alimentar, interditando uma série de alimentos que poderiam prejudicar a saúde da criança; quarto, a prática de exercícios físicos, incitando na criança o gosto pelo exercício físico; quinto, o equilíbrio dos fluxos, estabilizando excrementos, ingestão de leite materno e o regulamento das condições de sono; sexto, e último, a moderação dos sentimentos para adquirir equilíbrio entre o corpo e o espírito.

A elaboração de códigos normativos para a rotina dos filhos, descritos por Manoel de Paiva, consiste em um conjunto de específicas práticas e estratégias médicas. Deveriam os

pais estar guiados por este código normativo, uma vez que os “Pais, e as Mães devem considerar como huma das obrigações mais essenciaes o criar, educar, e formar elles mesmo o corpo, espirito, e coração de seus filhos” (p. 14), sendo que a lógica desse código estava pautada no disciplinamento do comportamento social. Tal disciplinamento deixava de ser objeto de configuração especial do associativismo entre Igreja e Estado e passava a ser foco de atenção pública com forte influência dos preceitos científicos que se desenvolviam à época.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**. Vol. 4. Lisboa, 1728.

PAIVA, Manoel Henriques de Paiva. **AVISO AO POVO OU SUMMARIO DOS Preceitos mais importantes, concernentes á criação das Crianças [...]**. Lisboa: Officina Morazziana, 1787.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Applicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo Sexto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

Referências bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por Amor e por Força: Rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CARDONA, Maria João. **Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial (1834-1990)**. Porto: Porto Editora, 1997.

CHARTIER, Roger (org.). **As utilizações do objeto impresso (séculos XV-XIX)**. 1.ed. Lisboa: Difel, 1998.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

DOLINSKI, João Pedro. O desenvolvimento da medicina moderna na cultura lusa do século XVIII. In: **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 6, n. 02, Maio/Ago, 214, p. 29-40.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 127-146.

FERNANDES, Rogério; FELGUEIRAS, Margarida Louro. História Social da Infância em Portugal: um território em construção. In: GONDRA, José Gonçalves. **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002, p. 11-28.

FERREIRA, António. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26. n. 01, Abr, 2010, p. 215-234.

_____. **Gerar, Criar, Educar**. A criança no Portugal do Antigo Regime. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRIORE, Mary del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**. Lisboa: Fragmentos, 1985.